

MITIGAÇÃO DEVE FICAR
NA VIZINHANÇA

Durante a discussão sobre a revisão do Plano Diretor, na Câmara de Jundiá, o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) foi criticado. A principal questão recai sobre as medidas compensativas, que não estão sendo aplicadas nas regiões que foram prejudicadas pela obra. Até mesmo a aplicação de multas em vez da mitigação do impacto foi levantada, já que elas não diminuem o impacto ambiental na área prejudicada.

REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA TRAZ DEBATE

A regularização fundiária foi um dos principais motivos de discussão acalorada ontem na Câmara de Jundiá durante o debate sobre as alterações no Plano Diretor. Técnicos apontaram que a cidade não está seguindo os parâmetros da lei federal 13.465, de 2017, que dá diretriz sobre a regularização fundiária, na minuta da nova lei.

Audiência marca polarização nas mudanças do Plano Diretor

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

Aconteceu ontem (12), na Câmara de Jundiá, uma audiência pública para a discussão do projeto de lei que promoverá importantes alterações no Plano Diretor do município. Para iniciar a audiência, Sinésio Scarbello Filho, gestor de planejamento urbano e meio ambiente da prefeitura, realizou uma breve apresentação das mudanças pretendidas e, após isso, a Câmara foi aberta para o uso da palavra dos 40 munícipes que se inscreveram, com o objetivo de sugerir alterações no projeto de lei, para que ele atenda da melhor maneira as necessidades de Jundiá e da população.

Um dos principais alvos das falas foram os bairros com características tanto rurais quanto urbanas, como no caso do Caxambu, do Bairro dos Fernandes e do Corrupira. Munícipes pediram por alterações para se permitir uma maior atividade comercial nesses locais. Uma das propostas do novo Plano Diretor é a alteração da classificação da avenida Humberto Cereser, que hoje é uma via de circulação, para via estrutural, o que permitiria a existência atividades comerciais.



Audiência da Câmara sobre Plano Diretor trouxe polêmica às mudanças propostas - bairros rurais e urbanos participaram

ciais. Esta mudança não agradau os ambientalistas e membros dos conselhos de Jundiá.

Outra questão polêmica ficou por conta do bairro Jardim Brasil, onde há a intenção da prefeitura de promover a abertura para atividades comerciais

como escritórios, consultórios e comércio de forma geral. Porém, entre os moradores do bairro não há uma opinião em comum: enquanto alguns querem a comercialização, outros defendem que a região permaneça apenas como residencial. Di-

versos moradores do bairro usaram a palavra e promoveram uma disputa interna na plenária da Câmara.

A regularização dos loteamentos também foi um assunto bastante discutido. Segundo Sinésio, o novo plano atende de

maneira satisfatória as necessidades de regularização, principalmente em relação ao loteamento clandestinos, oriundos da venda ilegal da chamada parte ideal do terreno. Os interessados precisam fazer sua parte e procurar a prefeitura. Nos casos das famílias de baixa renda, a prefeitura irá assumir todos os custos de regularização. Já para as famílias com renda acima de três salários mínimos, propomos realizar o processo de maneira conjunta e com repartição nas despesas', comenta.

"Após a implantação do Plano Diretor, será também muito importante a criação de planos para os bairros, realizando reuniões com a população a cada 12 meses, de modo que possamos realizar ações pontuais, de acordo com a realidade e as necessidades de cada região. Como vimos aqui nas falas de hoje, alguns bairros pedem por estabelecimentos comerciais (como o bairro do Fernandes e o Caxambu), para facilitar algumas atividades. Agora é o momento de tomar as decisões pois, caso contrário, ficaremos nesse looping entre propor as medidas e alterar de acordo com os pedidos da população", completa o gestor.